

### MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Coronel Chagas  
*Suplentes:*  
1º - Deputado George Melo  
2º - Deputada Aurelina Medeiros

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Marcelo Natanael

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado George Melo

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Jean Frank

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	<b>Atos Administrativos</b>	
	Resoluções de Afastamentos nº 433 a 435/2012	2
	<b>Atos Legislativos</b>	
	Memo nº 001/2012 e Ata de Reunião da Comissão Especial Externa - Resolução nº 014/2012	2

EXPEDIENTE	<b>GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL</b>
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR <b>Telefone:</b> (95) 3623-6665  ELÂNDIA GOMES ARAÚJO <b>Gerente de Documentação Geral</b>  VICTOR TAVARES PIRO <b>Diagramação</b>

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

## ATOS ADMINISTRATIVOS

### RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

#### RESOLUÇÃO Nº 433/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **IONILSON SAMPAIO DE SOUZA**, para viajar com destino aos municípios de Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz, no período de 16.10 a 21.10.2012, com a finalidade de realizar levantamento sobre os procedimentos do sistema de abate de animais para o consumo humano, nos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 16 de outubro de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### RESOLUÇÃO Nº 434/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **ELIETE RODRIGUES FARIAS, Assistente Parl. IV e RUBENIR LIMA BEZERRA, Técnico Legislativo**, para viajarem com destino aos municípios de Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz, no período de 16.10 a 21.10.2012, com a finalidade de acompanharem o Deputado Ionilson Sampaio na realização de levantamento sobre os procedimentos do sistema de abate de animais para o consumo humano, nos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 16 de outubro de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### RESOLUÇÃO Nº 435/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GABRIEL FIGUEIRA PESSOA PICANÇO**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 21.10 a 24.10.2012, com a finalidade de participar de evento da Comissão de Gestão de Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado de Amazonas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 16 de outubro de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

## ATAS COMISSÕES

### SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 014/12

MEMO Nº 01/2012

Em: 11/10/12

À: **Gerente de Arquivo e Documentação**

Assunto: **Publicação de Ata**

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, Ata de Reunião extraordinária realizada no dia 04 de setembro de dois mil e doze, da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 014/12, que analisou o Projeto de Lei nº 039/12, de Autoria Governamental que "**Autoriza o poder Executivo a contratar operação de crédito interna, junto ao BNDES, tendo como Agente Financeiro o Banco do Brasil S/A, no âmbito do Programa PROINVESTE, e a oferecer garantias**".

**Célio Wanderley**

Presidente da Comissão

### ATA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 014/2012.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, às dezesseis horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões nos altos do Plenário Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 014, destinada para, nos termos do Regimento Interno, analisar e emitir Parecer ao Projeto de Lei nº 039/12, constante da Mensagem Governamental nº 036, de 20 de agosto de 2012, que "**Autoriza o poder Executivo a contratar operação de crédito interna, junto ao BNDES, tendo como Agente Financeiro o Banco do Brasil S/A, no âmbito do Programa PROINVESTE, e a oferecer garantias**". Esta Comissão é constituída pelos seguintes Senhores Parlamentares: **Aurelina Medeiros; Brito Bezerra; Célio Wanderley; Chicão da Silveira; Flamarion Portela; Jalsler Renier; Marcelo Cabral; Marcelo Natanael e Naldo da Loteria.**

**ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente **Célio Wanderley**, ao declarar aberta a reunião, registrou a presença dos Senhores Deputados **Flamarion Portela, Naldo da Loteria, Aurelina Medeiros, Jalsler Renier, Chicão da Silveira, Brito Bezerra e Marcelo Cabral**, ausente o Senhor Deputado **Marcelo Natanael**. Prosseguindo, examinada a Ata da Reunião anterior, solicitou à Secretária proceder à leitura da mesma. A requerimento do Senhor Deputado **Chicão da Silveira**, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. O Senhor Presidente registrou a presença dos colegas Deputados **Erci de Moraes, Angela Águida Portella e Joaquim Ruiz**. **EXPEDIENTE:** Não houve. **ORDEM DO DIA:** Discussão do Projeto de Lei nº 039 que "**Autoriza o Poder Executivo a contratar**

**operação de crédito interna, junto ao BNDES, tendo como Agente Financeiro o Banco do Brasil S/A, no âmbito do Programa PROINVESTE, e a oferecer garantias".** E, conforme o Requerimento lido e aprovado hoje pela manhã na Sessão Plenária, solicitando a convocação dos Senhores Secretários Estaduais Orlando Rodrigues Martins Júnior, da Secretaria de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada, e Haroldo Eurico Amoras dos Santos, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, para prestarem maiores informações aos Senhores Deputados desta Comissão Especial e aos demais Deputados presentes sobre o Projeto de Lei nº 039/12, constante da Mensagem Governamental nº 036, de 20 de agosto de 2012. A seguir, passou a palavra aos Senhores Secretários Orlando Rodrigues Martins Júnior, e Haroldo Eurico Amoras dos Santos, para os esclarecimentos sobre o Projeto, logo após abriremos espaço aos Colegas Deputados para suas indagações.

**Senhor Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Boa tarde a todos, é com prazer que voltamos a esta Casa para esclarecer qualquer dúvida que os Senhores eventualmente tenham a respeito da Mensagem, encaminhada pelo Senhor Governador. Este Projeto visa estabelecer um novo patamar de investimentos no Estado, através de um Programa definido pelo Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional, chamado PROINVESTE. Este Programa foi moldado com base nas necessidades de manter o crescimento econômico do País e, obviamente dos Estados, dando impulso à questão do aumento e crescimento do PIB Nacional, visando estas medidas anticíclicas, exatamente para combater o desaquecimento da economia mundial com reflexos significativos no País. Este Programa é um desdobramento daquele primeiro programa chamado Programa Emergencial de Financiamento, que teve duas etapas anteriores, sendo que a primeira denominada PF1 e a segunda PF2, exatamente fixando a implementação de recursos exclusivamente em investimentos. A resolução do Banco Central, cujo nome não lembro agora, que está aí à disposição de Vossas Excelências, ela aumenta o patamar dos valores estaduais, obviamente dentro dos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal e dentro dos critérios estabelecidos pelo Senado Federal e Secretaria do Tesouro Nacional, chegando a um valor de 20 bilhões de reais para todos os Estados das federações. Dentro das contrapartes estaduais, o Estado de Roraima ficou contemplado com um valor adicional da ordem de 365 milhões de reais, valores estes que podem ser contraídos, serão contraídos e, se contraídos, serão com o aval da Secretaria do Tesouro Nacional, com um perfil de financiamento extremamente favorável aos Estados. O PF1 e PF2 foram feitos com base num perfil de oito anos, ou melhor, 10 anos, sendo dois anos de carência e 8 anos para pagamento com taxas que variavam de 2% a 3% de juros mais TJLP. Nessa nova trancha de investimentos de valores, estes percentuais caíram significativamente, quando você tem o aval da Secretaria do Tesouro Nacional, que é o caso da dos valores limites da Resolução, eles têm um percentual de juros de 1% ao ano mais a TJLT. Então, com um perfil de pagamento, um perfil de financiamento de 20 anos, ou seja, de 2 anos para carência e mais 18 anos para pagar. Muitos dos Estados, que contraíram o PF1 e o PF2, tiveram uma séria dificuldade de desembolso dos pagamentos dos valores trimestrais que ocorreram em função de terem contraídos aqueles financiamentos e obviamente ao concluir os dois anos do período de carência, que passaria a ter o desembolso mensal com amortização, mais juros, também impactaram significativamente em função dos demais compromissos que o Estado tem com folha de pagamento, custeio e os seus próprios investimentos que naturalmente estavam em andamento, reduzindo significativamente a capacidade de novos investimentos no Estado, por conta disso, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional elaboraram este novo programa. Todos os Estados da Federação já apresentaram, antecipadamente, e não é exceção o Estado de Roraima, os seus valores dentro do Programa de Ajuste fiscal. Então, o PAF – Programa de Ajuste Fiscal, já está totalmente ajustado junto à Secretaria do Tesouro Nacional, verificado se os valores estão dentro dos limites legais e da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos demais dispositivos do Senado e da Secretaria do Tesouro Nacional. Isso já foi feito, foi uma etapa anterior, nós não estaríamos encaminhando a esta Casa Legislativa sem que antes efetivamente tivéssemos verificado esta possibilidade. Então, ainda temos um saldo significativo de contrair novos investimentos e os 365 milhões, colocados à disposição, estariam dentro desses limites. Então, basicamente, a implementação de investimentos locais, ou seja,

Estaduais e certos investimentos Nacionais, através do Programa de aceleração do Crescimento, de transferências voluntárias do Orçamento Geral da União, eles acrescentaram este aporte adicional para que isso fosse feito diretamente para os Estados nas suas demandas regionais e locais. Bem, fiz uma breve explanação, não sei se o Haroldo poderia esclarecer melhor, inclusive, esteve muito próximo aprovação do novo programa de ajuste fiscal junto com o Secretário da Fazenda, e estava explicando aqui que realmente os limites nossos estão com bastante folga, estamos dentro dos percentuais permitidos de responsabilidade fiscal, e dentro desses 365 milhões, que estamos encaminhando como proposta de novos investimentos, tem um significativo leque de abrangência no Estado. O primeiro programa que nós tivemos no Estado que foi o PF1 – Programa Emergencial de Financiamento, nós direcionamos especificamente e mais fortemente para o Setor Elétrico, que é exatamente esta Linha de Transmissão Elétrica que estamos entregando agora em final de setembro em Rorainópolis. Já entregamos em Mucajaí, Iracema e Caracará, e os trabalhos estão sendo executados dentro da Usina Hidrelétrica PCH do Alto Jatapú. Em segundo momento, foi o PF2, investimos fortemente na questão da infraestrutura rodoviária intermunicipal e nas estradas estaduais. Nesta terceira trancha, nós estamos dando abrangência um pouco maior, mantendo alguns investimentos complementares no Setor Elétrico, alguns no Setor de Infraestrutura Rodoviária, mas atentando especificamente para a questão da segurança, mobilidade urbana e a parte da saúde. Um investimento significativo dentro do Hospital Geral de Roraima e, eventualmente, num segundo momento, porque estes detalhamentos têm, após esta finalização, a segunda parte do trabalho junto ao BNDES, que seria a aprovação efetiva de cada um desses Projetos. Condição sine qua non dos Projetos é que eles estejam perfilados com a instrução da Resolução, ou seja, serem exclusivamente para investimentos. Duas aberturas foram dadas na última reunião com o Ministro Mantega: primeiro, os valores seriam liberados tão somente de janeiro de 2013, pelos anseios e pedidos de todos os Secretários de Fazenda, Planejamento e os Governadores dos Estados, na reunião, ele se comprometeu em fazer uma antecipação do valor de uma ordem de 40% no mês de novembro ainda de 2012; e a segunda deliberação, é que a partir da edição e da publicação da Resolução, todos os investimentos que eventualmente o Estado tenha feito, e não teve condições de pagar seis os meses anteriores, ele poderá pagar com os recursos desde que obviamente os Projetos estejam aprovados junto ao BNDES. Vamos imaginar que a gente tenha alguma obra em andamento, algum investimento na área produtiva em andamento e eventualmente não se teve condições, por escassez de caixa ou alguma coisa neste sentido, não teve condições de pagar tudo o que tiver seis meses anteriores a julho, ou seja, de janeiro de 2012 para frente, tudo é passível ou de reembolso, ou de pagamentos eventuais que não tenham sido ocorridos. Isso dá também uma certa folga ao Estado, porque investimentos, que já foram pagos, poderão ser reembolsados dando nova capacidade de investimentos em algumas áreas, e obviamente retornando ao caixa, também os valores de custeio poderiam ser utilizados, já após ao reembolso, uma vez que eu já tenha pago um determinado valor de obra, vamos imaginar uma obra que eu paguei 10 milhões nesses primeiros 6 meses. Esta obra sendo aprovada junto ao BNDES, eu teria condições de reembolso dos 10 milhões para a conta única do Estado, podendo usá-la, aí sim em custeio, porque seria o reembolso de um investimento pré-aprovado. Tudo isso foi efetivamente e exaustivamente discutido com o Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e, em especial, com a Ministra Miriam Belchior que trabalhou diuturnamente nesses meses de abril até junho para que esta Resolução fosse efetivada. Todos os Estados, pelo que temos conhecimento, todos sem exceção estão com programas em aprovação, ou já aprovados em suas Assembleias. Então, aí a característica de realmente haver necessidade premente de todos os Estados e, em especial, dos Estados que têm carência de recursos. Gostaria de passar a palavra ao Deputado Célio para qualquer dúvidas que tivermos, ou se eventualmente o Haroldo queira complementar com mais alguma informação. **Deputado Célio Wanderley (Presidente da Comissão Especial Externa)** – Passo a palavra para o Secretário, Senhor Haroldo para alguma consideração adicional. **Haroldo Eurico Amoras dos Santos (Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN)** – Serei breve, Senhor Deputado, eu sei que o tempo vale ouro. Basicamente é o seguinte: o Brasil não cresceu nos últimos dois anos, aquilo que era a expectativa de todos, tanto pelo Governo Federal, como dos Estaduais, em decorrência disso, o Governo Federal, Presidenta Dilma,

deflagrou com iniciativa de construir um conjunto de medidas exatamente para recuperar e incentivar a capacidade de investimentos de todos os Estados. Teria exatamente dois mecanismos: diretamente no orçamento fiscal e aí seria a questão da utilização da liberação dos recursos das emendas parlamentares, fazendo isso, através de convênios; e o outro mecanismo seria através de crédito e financiamentos, mediante recursos onerosos. Ela detém a vertente de fazer a concessão de incentivos mediante a concessão de isenção, redução da carga tributária do IPI sobre veículos. Então, houve aí a explosão, quer dizer, isso beneficia diretamente os Estados do Sul e do Sudeste, os Estados industrializados, que têm uma larga base industrial, mas isso ao mesmo tempo penaliza os Estados da periferia principalmente os Estados do Centro-Oeste, mais basicamente os do Norte, porque a nossa base industrial é infinitamente inferior e ainda perdemos pela redução da base do FPE, isso nos penaliza, à medida que a queda da arrecadação do IPI reduz a base de contribuição e distribuição do recurso pelo FPE. Então, ela instituiu esta medida e, ao mesmo tempo, instituiu a medida mediante a criação da linha de financiamento que ela chamou de PROINVESTE, que se destina a todos os Estados Brasileiros. Todos eles, normatizados por uma Resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece as regras do jogo e isso traz um adicional interessante que é relativo à redução da taxa de juros. Então, o PEF que foi contraído com uma taxa de juros que chega num total de 14 a 15% ao ano, em a do PROINVESTE que é de 7,1%. Há uma redução brutal nesta taxa de juros que, descontada a taxa de inflação de 5% na realidade significa uma taxa de juros, que, diria, em termos reais é bastante razoável. Talvez na faixa de 1,5 a 2% ao ano, com um prazo de carência de 2 anos. Os Estados todos pediram um prazo bem maior de carência, onde só se pagam os juros, tendo tempo de respirar. Com amortização de 18 anos, ou seja, é uma dívida que ela fica bem esticada ao longo do tempo, é evidente que, se a carência fosse num prazo maior, seria bem melhor. Esta é uma medida, uma espécie de financiamento ponte para se atravessar este período de extrema dificuldade que o País enfrenta. Na medida em que as taxas de crescimento do PIB, que foram anunciadas no início do ano, de 4,5 a 5%, estão hoje reduzidas a 2%. Ou seja, já reduzidas oficialmente a 2%. Então, é neste contexto, que surge o PROINVESTE, e que esses limites foram estabelecidos a partir da análise feita pela Secretaria do Tesouro Nacional da capacidade de endividamento de cada Estado. Os próprios limites foram afixados já a partir de uma análise da própria Secretaria do Tesouro, com um estudo dos balanços do PAF, ou seja, é um ajuste que todo ano, no início do ano até abril, o Executivo de cada Estado, do País faz com o Tesouro Nacional. Então, dos 27 Estados, inicialmente, 16 deles se mostraram aptos, entre eles Roraima. Do ponto de vista, digamos, desta capacidade, sobre esta apreciação do Tesouro Nacional, o Estado já se mostrou apto, com este limite estabelecido, a partir desses critérios. Para não me alongar, Senhor Presidente, fico à disposição para responder perguntas. **Deputado Célio Wanderley (Presidente da Comissão Especial Externa)** – Abrimos, portanto, para que os mesmos façam suas indagações, pela ordem, Deputado Joaquim. **Deputado Joaquim Ruiz** – Primeiro, o Projeto de investimento do Estado ficou de fora, a ligação do Jundiá com Santa Maria do Boiaçu, que é uma estrada estratégica, em termos de reduzir o custo dos produtos vindos de outros Estados para Roraima. Até Santa Maria do Boiaçu, o rio é navegável o ano todo, qualquer cidadão que está aqui nesta mesa sabe disso. Segundo, esta estrada era um Projeto do ex governador Otomar Pinto. Acho que o Haroldo deve se lembrar disso. A estrada, pois, é uma forma também de viabilizar aquela região que é isolada, e também viabilizar a baixa do custo de transporte para Roraima, num sistema moral. E, ainda, se está neste Projeto uma estrada vital em torno de estratégica e segurança para Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí, que é a estrada tronco de Iracema, ela interliga independente da BR, se houver qualquer tipo de problema entre Caracará e Iracema, entre Iracema e Mucajaí e entre Alto Alegre e Boa Vista, porque ela por fora passa por Caracará, ela interliga a 12 com a 3, interliga com Roxinho, que interliga com Apiaú que interliga com Alto Alegre. Então, ela tem uma função estratégica em qualquer tipo de acidente climático que possa ocorrer neste eixo da BR 174, pra viabilizar o atendimento de toda esta região. São 17 Km, Jundiá já tem uma parte feita ainda no Governo do Brigadeiro Otomar. Então, gostaria de saber se ela faz parte agora deste último Projeto do Governo, por ela ser estrategicamente vital para a economia de Roraima. **Senhor Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Bom, duas colocações, Deputado. A primeira é que

infelizmente esses recursos estão destinados para investimentos regionais e locais, ou seja, a Rodovia Santa Maria do Boiaçu/Jundiá, ela já foi federalizada há aproximadamente 12 anos. E, para que nós façamos investimentos nela, teríamos que tê-la delegada ao Estado. Ela não está delegada ao Estado. E prescindia de uma pré-aprovação junto ao Ministério dos Transportes, através do DENIT, o que nos deixaria fora do prazo hábil para que efetivamente ela pudesse entrar no rol de investimentos. A tronco Iracema, a princípio não está nesta trancha, porque estamos dando prioridade para alguns outros setores. Não que ela não seja importante, vemos como extremamente importante, mas estamos dando continuidade à ligação da Rodovia da produção que é a RR 325, do ponto onde ela está parada até a Vila de Samaúma, fazendo aquela ligação interna, dando aí sim, segurança maior para o transporte daquela região. A interligação da Tronco Iracema até a Tronco Apiaú, que é a nossa RR 325, uma Rodovia Estadual, ela passaria pela necessidade primeiramente de ter a Tronco Apiaú concluída, porque senão não teria a trafegabilidade e a segurança viária, como o Senhor colocou. Ali, nós estamos vendo basicamente o atendimento à produção, nesta região foi dada prioridade ao Tronco Rio, primeiro por ser uma Vila de longevidade bem grande; ao Campos Novos uma Rodovia que atende uma Vila que tem uma certa importância para a Região. A Tronco Iracema daria ligação entre a BR 174 e não necessariamente a Campos Novos, mas basicamente você faria uma ligação por Campos Novos (inaudível). Hoje, tem atendido através de Campos Novos via Tronco do Apiaú da mesma forma, ok! É mais distante, mas a priorização foi dada especificamente em função da Rodovia Estadual. Como nós estadualizamos a antiga Tronco do Apiaú, que era uma Vicinal, hoje ela tem uma plataforma, largura e sinalização de uma Rodovia Estadual. Então, estamos dando prioridade nesta trancha atual para esta ligação, fechando aí sim, a ligação, o eixo saindo de Boa Vista, via Alto Alegre, passando pela Tronco Apiaú, que agora é a RR 325, vindo por Vila Samaúma, Vila da Penha, atendendo toda aquela Região, que nós atenderíamos, aí sim, umas 4 Vilas, 3 Vilas, no caso, Apiaú, Vila Nova, Vila da Penha e o 78 ou 87, alguma coisa assim, tem uma vilazinha que é um aglomerado urbano. Por isso, ela não foi destacada, não que ela não seja importante. Nós julgamos bastante importante a necessidade dessa ligação, tanto que existem projetos prontos para tal. Nós temos hoje uma prateleira de Projetos da ordem de 350 a 360 km de Projetos prontos e viáveis para acontecer, em função da multi utilização na área de segurança e saúde, que são outras prioridades também muito grandes. Nós diminuímos um pouca a carga rodoviária, para que pudéssemos atender outras disciplinas que a gente julga importante. Era isso, não sei se fui claro. **Deputado Jânio Xingú (Membro da Comissão Especial Externa)** – Boa tarde, Secretário Haroldo Amoras, Secretário Orlando, eu sempre votei com o governo, sou o maior defensor do Governador Anchieta. Quando esse Projeto chegou aqui sem o plano de aplicação, isso é como votar no escuro sem saber onde vai ser aplicado um empréstimo de quase meio bilhão de reais, não é uma transferência voluntária, tem uma carência de dois anos, vinte anos para pagar. Então, está incluído aqui nessa parcela. O Senhor falou, Doutor Orlando, que, em torno de, quarenta milhões, seriam para asfaltamento, gostaria de saber se é asfaltamento para cidade de Boa Vista ou para vicinais, ou se for em Boa Vista, este recurso será transferido para o Município, ou se a Prefeitura apenas vai dar autorização para que o Governo aplique os recursos? Outra coisa, você falou que ainda esse ano, 40% haverá de ser liberado, e no ano de 2013, a continuidade das liberações. Questionei aqui o plano de aplicação, mas não é para questionar A ou B, sou da base do Governo e vou votar. Dizem que vão construir e reformar delegacias, fala-se que vão aplicar na Saúde, este Projeto tem que ser acompanhado com a planilha de aplicação. Na cidade de Bolívar, visitei a Assembleia, lá o Governo manda um Projeto, o Deputado não quer discutir só votar. Estou me sentindo um pouco Venezuelano aqui, acho que, se esses recursos forem aplicados nas áreas vitais do estado certamente vai ser um Projeto que trará bons frutos, são questionamentos, não estamos em um carro de combate, só para que em outras ocasiões possam melhorar o relacionamento entre Legislativo e Executivo. **Senhor Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio a Gestão Integrada)** – Vou falar basicamente na questão dos investimentos, o Senhor fez algumas indagações na questão da mobilidade urbana, ela necessariamente não é a pavimentação urbana, pode ser meio-fio, sarjeta, interseções que estejam com problemas de mobilidade urbana, fortemente será a pavimentação urbana, a aplicação será direta pelo Estado com autorização da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

Basicamente são esses investimentos que contemplarão a cidade de Boa Vista, por um grande motivo, não nos eximimos de levar em consideração o Estado ao fazer vários investimentos na disciplina água, disciplina esgoto, tiveram suas dificuldades ao concluir esses trabalhos de emendas que ficaram nas ruas e pavimentos da cidade, o raciocínio além de ir de encontro com o grande anseio da população que é o recapeamento das rodovias, também vai de encontro com uma recuperação da malha viária onde houve esses investimentos: explico o porquê. Os investimentos que foram feitos em saneamento têm um limite teto percentual dentro dos seus quadros de detalhamento de despesas, que diz: você não pode ultrapassar nos seus investimentos valores superiores a cinco por cento em pavimentação urbana, ou seja, você vai fazer uma obra de saneamento, o “Programa Saneamento Para Todos” da época ainda do Presidente Lula, e posteriormente o “Brasil Sem Fome”, que é o atual que engloba toda essa área de saneamento, área de transferência de recurso e renda para os mais pobres no Brasil. Eles tem os seus limites de aplicação. Então, não podemos fazer em uma obra de saneamento aplicações de valores superiores a 5%. Por quê? Tem um motivo. É que se você faz muito menos meta de saneamento, e muito mais meta de pavimentação urbana, ou seja, se tiver lá uma via urbana qualquer onde vai se implementar uma rede de água, e depois se fará recapeamento total daquela via, o custo do recapeamento passa a tomar dinheiro de uma outra disciplina que é a principal finalidade do investimento que, no caso, seria saneamento. Por conta dessas duas necessidades: a de Boa Vista em função de como estão alguns logradouros públicos, não necessariamente onde estão sendo executadas as obras de saneamento, e também onde havia obras de saneamento. Hoje nós temos aproximadamente 350% de tubulações, entre água e esgoto, instaladas. Então, você imagina que 350 Km de pavimento que nós tivemos que abrir, recuperá-los, mas a gente sabe, tem alguns Engenheiros, alguns colegas aqui, Deputado Flamarion, nós sabemos que nunca é a mesma coisa, entre fazer o remendo e fazer o recapeamento total. Então, este é o principal motivo dos investimentos de mobilidade urbana, recapeamento em Boa Vista. E este valor não será repassado à Prefeitura de Boa Vista. Será aplicação de 40 milhões, é o que está programado. Este investimento vai do recapeamento à sinalização horizontal/pintura. Só para concluir a resposta ao Deputado, com relação à antecipação. A antecipação foi um anseio dos Governadores junto ao Ministro Mantega, que prometeu que seria feito um primeiro desembolso da ordem de 40% em novembro, mas quanto à Resolução, até agora não houve alteração, ela está ainda valendo para janeiro de 2013, está certo. Eu acredito que vai ser liberada a antecipação destes 40%, porque foi um anseio muito forte de todos os Estados, conforme a apresentação dos programas junto ao BNDES, as demais parcelas estão programadas para mais de 30% em final de março e mais 30% em final de julho. Por que isso? Como os desembolsos da amortização no período de carência se paga basicamente, trimestralmente, os juros, do que você já encaixou. Então se você em novembro encaixa 40%, final de dezembro você obrigatoriamente paga os juros daqueles 40%. Então, nós estamos levando sempre o desembolso para o último mês do trimestre para evitar um desencaixe pesado do Estado no período inicial do próximo ano, sabe-se que sempre há dificuldade com relação à diminuição e à queda. Bom, é o tempo que se tem para respirar para começar os detalhes, os desembolsos. Um ponto importante que eu gostaria de frisar, acho que nem o Haroldo nem eu colocamos é que parte deste recurso, é única dívida permissível a ser paga com valores contraídos atualmente, é parte ou a integralidade da dívida contraída nos Programas Emergenciais de Financiamentos 1 e 2, junto ao BNDES. A Resolução é clara quanto a isso. Nós não podemos pagar dívidas de qualquer outro financiamento. Somente dívidas contraídas junto ao BNDES, através da Resolução anterior, chamada Programa Emergencial de Financiamentos 1 e 2. E, estaremos diminuindo o endividamento do Estado na ordem de 99 milhões de reais. É o primeiro PEF, foram os 99 milhões, que nós estaremos fazendo a quitação parcial dele. Já pagamos uma parte dele durante este período, e parte desta dívida será quitada de imediato com o juro mais baixo e um perfil alongado de financiamento. Então, nós estamos trocando dívida, é mais ou menos como aquela história do cara que está pendurado no cheque especial com um juro lá em cima, e consegue aí um financiamento consignado, com um juro menor. Vai lá pega o financiamento e paga o que tem, o juro maior e ganha um fôlego maior. Eu falei 99 milhões que era a primeira trança, o saldo é de 75 milhões, inclusive, o PFI era um perfil de juro maior ainda. Era o maior deles, que dava em torno de 14% ao ano, caindo aí para 8%. **Deputado Flamarion Portela**

**(Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento os Secretários Haroldo e Orlando, a primeira pergunta seria sobre a mobilidade urbana que já foi esclarecida, algo em torno de 40 milhões reais, só e somente em Boa Vista. A segunda é também em torno deste pagamento, é que eu tinha a informação que iam pagar 65 milhões, mas vão pagar 75, é melhor ainda, se não me falha a memória, o Estado já paga hoje algo em torno de 120 milhões de reais. Me lembro que, quando aprovamos aquele primeiro empréstimo do BNDES, um para energia e o outro para vicinais, o da Energia veio para cá, em seguida um Projeto de Lei também, para que fossem reembolsadas ao Estado todas as redes de energia elétrica, monofásica, bifásica, trifásica, de 1998 até aquela data. Não me lembro quantos milhões deu. Mas me lembro que veio. Ou seja, esse reembolso, quando processado, também será em forma de mensagem ao Poder Executivo para fazer e acessar este reembolso. (Inaudível) E, por acaso, se o Governo solicitar o Projeto de reembolso, o BNDES vem verificar in loco, ele fiscaliza, ou ele acredita naquilo que o Executivo manda, naquilo que o Governo manda? **Senhor Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Depende muito da forma de como é feito. No caso do PFI, como o Senhor colocou aí, nós tínhamos um convênio entre o Estado e a CERR acima do valor que foi destinado para a contração do empréstimo. Nós fizemos um empréstimo de 99 milhões e fizemos um convênio intra-instituições, chamada inter-entes, que seria, no caso, uma Instituição Estadual e uma Administração Direta, na ordem de 150 milhões. Então, o que ocorreu, na realidade, Deputado, ao se fazer o reembolso, estaríamos investindo recurso próprio da ordem de 50 milhões de reais, ou seja, tínhamos 59 contraídos do empréstimo, 150 milhões foi o convênio. Qual é a contrapartida do Estado neste convênio? Da Secretaria de Infraestrutura, 50 milhões. E, é exatamente o que aconteceu. Ela entrou com uma contrapartida de 50 milhões, com algumas indenizações de linha que foram necessárias serem feitas, porque nós tínhamos um rol de vários investimentos, ainda da época até da sua gestão, Deputado Flamarion, que foram efetivados ao longo dos anos e ainda não haviam sido contabilizados na CERR. Só para o Senhor ter uma ideia, esta pequena operação de transferência patrimonial dessas linhas do Estado para a CERR melhorou o balanço da CERR de uma forma que a CERR, no ano passado e em 2010, esteve entre os melhores ranks em termos de resultados contábeis, em função exatamente desta transferência. O Estado vinha cometendo um esquecimento, eu não digo equívoco, absolutamente, quem sou eu para falar o que ocorreu no passado, mesmo porque não estava aqui, mas ao longo destes anos, se aplicaram vários investimentos do Estado, muitos deles feitos através de Emendas Parlamentares dos Senhores, que efetivamente não foram transferidos para a CERR. Estes valores poderiam ter sido aproveitados ao longo do passado, dentro da contrapartida do “Luz para Todos”, do PT, que não foram utilizados. Agora nós estamos utilizando algumas das Emendas Parlamentares dos Senhores. Elas serão encaminhadas à CERR para servir de contrapartida do LPT, que é exatamente dando continuidade, como o Deputado Brito há pouco perguntou. A continuidade do Programa Luz para Todos depende de recursos e liberação de quê? De duas coisas. A negociação da Eletrobras, que o Senhor verificou na sua visita à Eletrobras, e a aplicação da contrapartida do Estado no Programa. O Estado entra com 5%, a CERR entra com 5% e a União entra com 90%, no Programa Luz para Todos. A da CERR está sendo cumprida, a do Estado ainda não havia sido cumprida. Está, exatamente, tramitando um rol de investimentos que fora feito pela SEINF, ainda não transferido para a CERR, para servir exatamente de contrapartida. Com relação ao pagamento ou não de dívidas contraídas ao longo dos anos da Eletrobras, que são dívidas consolidadas de vários anos, de 14 a 15 anos. Elas estão em negociação, elas passarão por uma nova renegociação e um perfil mais alongado já conversado com o Ministério de Minas e Energia, para quê? Para que se tire a inadimplência da CERR, e aí sim possamos ter os investimentos aplicados. Esta é uma negociação que vem sendo feita ao longo destes oito meses, mas não é uma negociação de hoje, é uma negociação antiga. Nós temos dívidas também do Sistema Eletrobras para com o Estado que estão entrando neste rol de negociação. Não são da Boa Vista Energia, no caso, agora Eletrobras Distribuidora, mas são do Sistema Eletrobras, elas são da Eletronorte, dívidas de ICMS com o Estado que hoje deve montar em, aproximadamente, bom, o último número que me vem à cabeça, conforme colocado naquela reunião em Brasília, algo em torno de 120 milhões de reais, que a Eletronorte deve ao Estado, mas diz que não

deve. Tem uma demanda judicial, e nós estamos aí, exatamente tudo em uma cesta só, para daí sair a melhor negociação para os dois lados. A negociação só é boa, quando é boa para os dois lados. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Orlando, você vislumbra algum reembolso dentro deste contexto que você falou, de janeiro para cá, o Estado teria oportunidade de já (inaudível) na segunda reembolsar alguma coisa. **Senhor Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Temos um levantamento de obras já efetivamente concluídas, que poderão ser transferidas à CERR, na ordem de 24 a 25 milhões de reais. Fora isso, nós temos alguns investimentos que já estão em andamento, tendo a necessidade como, por exemplo, de linhas de transmissão, recuperação, investimentos ao longo da linha de 69. E o que está ocorrendo é que o nosso trabalho de 2009 e 2010, conforme apresentamos aos Senhores, naquela ocasião do PF1, está sendo revisto, através de um grupo de trabalho, junto à Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, em função de sistema interligado Nacional que estará chegando em janeiro de 2015. O Senhor, mais do que ninguém, e muito melhor do que eu, como Engenheiro Eletricista, pode até, quem sabe, esclarecer melhor. Nós precisamos de segurança nos nossos sistemas enquanto nós estamos pegando uma ponta lá de Guri e distribuindo, única e exclusivamente, no Estado. E se você tiver uma proteção ali na saída da Venezuela, você está com o sistema resolvido. No nosso caso, a partir de janeiro de 2015, com o trabalho forte feito com a Bancada Federal entre Senadores e Deputados, se conseguiu incluir o Estado que passou a ser integrante do sistema interligado nacional. Com isso, nós precisamos ter uma série de cuidados, inclusive, com a questão de proteção. Então, bancos de capacitores estão sendo necessários, linhas que antes imaginávamos ser 69 passarão a ter níveis de tensão maiores, que é o caso dessa linha do Cantá, que possivelmente será com nível de tensão de 138 ou 230 KW. Então, tudo isso, está sendo rodado, através do fluxo elétrico do Projeto propriamente dito, para que a gente não erre. Os únicos investimentos efetivos do sistema elétrico, que nós temos, são os que nós temos certeza que serão em linha de 69, que seria basicamente a interligação até Bonfim e Normandia, em 34,5, e a interligação do Alto Alegre. Os demais todos estarão aguardando o resultado deste grupo de trabalho. Para quê? Para que a gente possa fazer o investimento correto, não gastar dinheiro, do qual, efetivamente, depois nós teríamos necessidade. Há um compromisso do Ministério das Minas e Energias, através do Ministro Lobão e da própria Presidência da República, de que estes investimentos serão feitos do RGR, Reserva Global de Reversão, que é um financiamento, mas seria um financiamento que seria contraído basicamente por uma empresa que já estaria adequada e entregue ao Sistema Eletrobras, no caso, à CERR, uma vez que fizéssemos aí as transferências do ativo. Então, passaríamos a ter uma parte de participação, mas uma participação minoritária, diminuindo aí sim o descaixe mensal existente dentro da Companhia. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Orlando. Então, vou continuar. Qual é o montante estimado para construção de Delegacias? Já tem o valor estimado disso? **Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Nós teremos três Delegacias no padrão do 5º DP, que é a Delegacia Cidadã. São investimentos na ordem de 6 milhões de reais. Seria o 1º DP, que era feito ali onde era a antiga Delegacia da Mulher, próximo à Terêncio Lima. O prédio está desativado. Nós iremos fazer a construção de um prédio novo, nos padrões do 5º DP, só então desativaríamos o 1º DP, na sua localização atual na Secretaria de Segurança. Mais uma que seria o 3º DP, na Região do Pintelândia, e uma 3ª Delegacia, de fundamental importância, seria uma Delegacia do interior, em Caracará, pois esta Delegacia tem um problema seriíssimo. Gostaríamos ter oportunidade de fazer também, já no PROINVEST, a Delegacia de Pacaraima, mas infelizmente não conseguimos colocar, única e exclusivamente, em função de um detalhe: ela está inclusa no Programa Enafon. Então, não poderíamos ter duplicidade de investimentos em duas fontes separadas. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – E para saúde? **Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Não tenho certeza, teria que confirmar, mas é algo em torno de 36 milhões de reais. Permita-me eu só verificar aqui. São 32.400 para a saúde. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Então é o seguinte: 40 milhões para Boa Vista, 75 milhões para pagar o empréstimo. **Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado**

**Extraordinário de Apoio a Gestão Integrada)** – Não! São 55 milhões para empréstimo, Senhor Deputado. Os são o 75 nosso saldo total, nós vamos fazer quitação parcial, inclusive está dito na Mensagem, que era quitação parcial. Portanto, com o que nós já pagamos de 20 milhões dá os 75 milhões. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – São, 32 milhões para a saúde. Energia, decidido já, interligação com Bonfim e Normandia, e interligação com o Alto Alegre, mais algum outro Projeto de Energia? **Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Sim. Nós temos, ainda, a instalação dos bancos de capacitores na linha do 69, temos aplicação da diferença, nós fizemos um reembolso na ordem de 30 milhões, aproximadamente, naquela primeira trancha. Então, para os 150 milhões, nós teremos ainda 20 milhões. O montante total de aplicações no Setor Elétrico são 91 milhões. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Rodoviários, quais e quantos? **Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Rodoviários, 119 e oitocentos, inclusos aí, não, não está inclusa aí a pavimentação urbana, desculpa, Vicinal do Paredão, ligação Vila Moderna/Martins Pereira, Vicinal do Itã, complementação para a chegada até a BR 174/432 (ligação interna), Vicinal do São Francisco (Região do Bonfim), a complementação da RR 325 (Região do Apiaú, que pega os dois Municípios: Alto Alegre e Mucajaí), e a parte de gerenciamento e Projetos, porque aqui, Projeto basicamente seria a Vicinal do Itã, que não está na nossa prateleira de Projetos. É a única que não está concluída. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Este montante aqui daria para fechar o montante de exatamente 365 milhões de reais, não é isso? **Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – É, tem algumas outras aplicações, que são importantes, talvez os Senhores tomaram conhecimento. Setor produtivo: disponibilização para a Agência de Fomento do Estado na ordem de 10 milhões de reais para microcrédito. Aquisição de alguns veículos e patrulhas mecanizadas para pavimentação na ordem de 4 milhões, revitalizando o nosso Parque da Usina, que tem esta necessidade; mais patrulha mecanizada na agricultura da ordem de 4 milhões de reais e aquisição de veículos e equipamentos, ou seja, basicamente veículos para gerenciamento de todo o Projeto, na ordem de 2 milhões de reais. Isso monta em 365 a 496 milhões de reais. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Eu estou satisfeito, Senhor Presidente. **Deputado Joaquim Ruiz** – Aproveitando aqui o microcrédito, que a gente não sabia, Senhor Secretário, há um problema aí, porque a Diretoria do Banco Central, em relação à Agência de Fomento, precisa resolver, sanar a carteira de crédito da Agência está acima do limite, e havia até questionado com a equipe do Governo sobre o problema daquelas dívidas do balcão de ferramenta, as dívidas do BANER que ficaram para a Agência de Fomento (inaudível), anistia de 20 mil para poder resolver, através do Deputado Marcelo que está a par disso, para poder resolver o problema da carteira que está com o débito muito alto, e não se pode fazer nenhum tipo de operação enquanto não resolver isso junto ao Banco Central. Só gostaria de colocar a título de esclarecimento para conhecimento dos Colegas aqui. (inaudível) **Haroldo Eurico Amoras dos Santos (Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN)** – Procede o encaminhamento do Deputado Joaquim. Realmente, nós precisamos fazer o saneamento deste crédito todo que existe, usando a expressão bem popular, e ele é o resultado aí da consolidação de financiamentos, feitos nos últimos 15, 20 anos que se acumularam. Tem lá, basicamente na Carteira do FUNDEF, já houve um esforço de cobrança disso, inclusive, através de Lei, aprovada aqui pela Assembleia, onde se procurou alargar o prazo, reduzir os juros. Reduzir basicamente em termos reais a juros zero, e se tentou, inclusive, recebendo benefício, ou seja, quem devesse 10 e não honrasse 3, tinham sete e mesmo assim não foi possível fazer este saneamento. Está na hora de fazer, o Executivo encaminhar para cá esta proposta, já, para fazer este saneamento. E quanto ao financiamento destes 10 milhões, o Governador já nos encarregou de fazer uma análise para ver a destinação desse valor. Então, tem um Projeto que já está pintando aí, como potente, é o Projeto de Açaí, para gente incentivar. Já com algumas experiência muito bem sucedidas de açaí aqui. Estamos já conversando com o pessoal da Agricultura, com outros Órgãos Técnicos. Deputado Erci, o açaí está pintando aí como sério candidato, para então

apoiarmos a atividade. **Deputado Brito Bezerra (Membro da Comissão Especial Externa)** – Boa-tarde, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Deputados e Deputadas. Seria uma insanidade da parte do Governo do Estado e desta Casa não aprovar ou não contrair um empréstimo com juros mínimos que estão sendo oferecidos pelo BNDES. Isso, é claro, é nítido, sou empresário e sei que recurso dessa monta e com esses juros, é mais do que viável se contrair. Mas, nós devemos satisfação à sociedade, o Deputado Flamarion foi bastante detalhista ao procurar saber onde seriam investidos esses recursos. O nosso problema, acredito eu, é simplesmente dizer onde serão aplicados os recursos, quando formos indagados, porque quanto à contração do débito, os argumentos, por si só, falam que o valor dos juros, mais o tempo que demanda para pagamento, mais a carência, enfim, é excelente negócio. Nós só precisamos saber onde serão aplicados. Pergunto a Vossa Senhoria: Nós teremos acesso a um documento detalhado de sobre onde serão aplicados os recursos para embasar nosso argumento, para prestar esclarecimento às nossas bases, quando indagados. É importante que se faça um estudo técnico na questão da aplicabilidade. Senhor Presidente, quero só frisar que, tenho andado muito da Eletrobras em busca do Programa Luz Para Todos, e constatei que Roraima é o Estado que menos eletrificou, e foi por erro técnico, não foi por questão política. Erro técnico de cálculo, que tirou a média aritmética da Área Rural e da Área Urbana, e o valor por KM é de 6 mil e 500 reais, mas não dá para fazer por 6 mil e 500 reais. O Programa Luz para Todos, não é estendido à Área Urbana, é só para a Área Rural. Veja só que erro grotesco. Inviabilizou centenas, se não milhares de agricultores, de usufruírem energia elétrica em suas casas, produzindo um pouco mais, ou pelo menos tendo uma qualidade de vida um pouco melhor. Então, que a gente tenha acesso à aplicabilidade, e que a possamos também calcular bem onde, como e quando serão aplicados. E quero aqui pedir a Vossa Senhoria que, parte desses recursos, seja destinada à recuperação de Vicinais no interior. Muitas Vicinais estão praticamente intrafegáveis, devido ao inverno muito rigoroso, principalmente nas regiões, onde temos os arranjos produtivos fortes de banana nos Municípios do Caroebe e Campos Novos. Para as Vicinais onde não tem trafegabilidade, que sejam destinados recursos, caso não estiverem previstos. Portanto, quero saber se já está previsto, e se não está, ainda tem como destinar os recursos? Obrigado, Senhor Presidente. **Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Com relação ao investimento propriamente dito, infelizmente não está prevista neste montante a recuperação de Vicinais, por um único e simples motivo: a classificação orçamentária dela é como custeio, e não como investimento. Por isso fizemos a compensação com as patrulhas mecanizadas para que possa dar, obviamente ao se aplicarem outras disciplinas que são necessárias e estão em andamento, sobrarão mais recursos para que se possa aplicar efetivamente no custeio nessas recuperações. Por este único e simples motivos, nós gostaríamos, pois, hoje uma recuperação de Vicinal custa em torno de 20 a 25 mil reais, 30 mil reais o KM, e a energização custa na ordem de 250 a 300 mil reais o KM. É óbvio que nós faríamos 10 vezes mais se fosse possível aplicar, mas infelizmente, o Dr. Haroldo pode explicar melhor, porque eu não tenho o domínio do orçamento. Mas, basicamente é isso. **Naldo da Loteria (Relator da Comissão Especial Externa)** – Antes de ler o meu Relatório, gostaria chamar a atenção ao que considero de fundamental importância, isto é, financiamento para o Estado, e o que cabe aqui é a fiscalização, a responsabilidade da aplicação. A saúde hoje está doente, falta tudo na saúde. Falta gestão de uma maneira geral na saúde. Então, a saúde precisa realmente de investimento, a segurança também precisa. Energia é fundamental. A questão do microcrédito é muito importante. Só que é aquele negócio, o Estado de Roraima, estou aqui há quase 26 anos, é um Estado dependente de despesa, e cada vez fica mais pobre. Cada vez se produz menos. Em vez da quantidade de muda e de calcário que já se distribuiu neste Estado tivessem comprado arroz, ninguém mais precisaria comprar arroz neste Estado. Só de calcário e de mudas que já

foram dados neste Estado, mas não se produz frutas. E, portanto, a safra é cada vez menor. Temos que prestar atenção a tudo isso. E o microcrédito é aquele negócio, o pessoal não paga, mas ninguém está com o nome no SERASA e nem no SPC. Então, não paga mesmo. Se nós fizermos a anistia - eu sou a favor da anistia - desde que todos que conseguirem empréstimos fiquem impossibilitados de conseguirem novos financiamentos, pelo mínimo, nos próximos 10 anos. Porque é mau pagador, mas na hora de livrá-lo lá, ao concedermos a anistia, ele volta e consegue outro financiamento, que também não vai pagar. Então, acredito que existem Bancos de financiamento sérios neste Estado. Roraima é um Estado pequeno, e só vai crescer quando realmente o Governo parar com esse negócio de dar, dar e dar. O Governo deu bolsa, deu peixe, deu muda, deu tudo, e agora? O Estado é pequeno, os recursos são poucos e os problemas estão crescendo. Então, quero que prestem atenção nisso daí para que os investimentos realmente sejam de uma maneira que possamos realmente ver. Não adianta, por exemplo, na saúde, pintar o Hospital Geral, quando na verdade precisamos de equipamentos, recursos humanos especializados e material. Hoje é o que está faltando na saúde. Não é culpa do Leocádio, a saúde, há muitos anos, vem se rastejando, mas nós temos que dar um ponto final nisso. Quero deixar claro, não que eu esteja contra o Projeto do Calcário. Não! Mas tem outras formas, o setor privado pode trazer isso, o Governo pode subsidiar de alguma forma. Senão não adianta nada, a gente vai pegar um financiamento desses, com juros baixos, vai quitar algumas dívidas, vai ser muito bom. Mas tem que ter responsabilidade, caso contrário cada dia mais o negócio vai por água abaixo. Era isso que eu gostaria de dizer, Dr. Haroldo, a sua responsabilidade é maior do que de qualquer um. Então, na hora que o Senhor estiver lá, diga, ao Senhor Governador, vamos amar Roraima em primeiro lugar. Era isso. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Pela ordem, Senhor Presidente. **Célio Wanderley (Presidente da Comissão Especial Externa)** – Deputado Flamarion, pela ordem. **Deputado Flamarion Portela (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa)** – Gostaria de perguntar ao Dr. Orlando, se ele pode atender o pedido do Deputado Brito, para nos encaminhar o plano de aplicação, para que possamos ter maior clareza. Claro que nós já temos aqui a idéia preliminar, mas lendo a matéria esclarece ainda mais, exatamente para quando formos perguntados saber dizer para onde o dinheiro está indo, onde está sendo aplicado. O Senhor tem como mandar isso para cá quando? **Orlando Rodrigues Martins Júnior (Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada)** – Possivelmente amanhã pela manhã já estará à disposição dos Senhores. Agora uma observação: todo plano de aplicação que eventualmente esteja sendo encaminhado, estará sujeito à aprovação do BNDES, por isso que ele não veio, não foi proposital. É porque trata-se de um rol de investimentos e que, se eventualmente um investimento daqueles emperra em alguma situação de aprovação junto ao órgão financiador, a gente faz a substituição de imediato, mas, sem perder a característica do volume total, do setor. É basicamente isso. **Célio Wanderley (Presidente da Comissão Especial Externa)** – Então, gostaria de agradecer a presença dos dois Secretários, a Reunião ainda não terminou, nós vamos dar continuidade aos trabalhos da Comissão, só para que os Secretários possam continuar trabalhando, e se eles permanecerem aqui vão começar a dar prejuízo para o Estado em não estar trabalhando. Obrigado. Prosseguindo, o Senhor Presidente constatou em pauta o Projeto de Lei nº 039/12, acima epigrafado. Solicitou ao Relator Naldo da Loteria leitura do Parecer. Feita a leitura, o Parecer foi submetido à discussão. Não havendo discussão, o Parecer foi colocado em votação nominal, solicitou a Deputada Aurelina Medeiros que fizesse a chamada nominal dos Deputados, sendo, aprovado pela maioria dos membros presentes desta Comissão. **Encerramento:** Às dezessete horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. E, para constar, eu, Josiane Salete Daubermann, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Célio Wanderley**

Presidente da Comissão



**PROCON**  
**ASSEMBLEIA**



# PROCON

---

# ASSEMBLEIA



**A Voz do  
Consumidor**

**proconassembleia@al.rr.gov.br**  
**Fone:(95) 4009-5614**